

FICHA TÉCNICA

Director — MANUEL AMORIM

Coordenador — MANUEL LOPES

Propriedade — CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM

Composição e Impressão — TIPOGRAFIA CAMÕES

Tiragem — 1000 EXEMPLARES

Dep. Legal Nº 35703/90

Edição — AGOSTO 1990

Redacção/Distribuição — BIBLIOTECA MUNICIPAL
"ROCHA PEIXOTO" DA PÓVOA DE VARZIM
4490 PÓVOA DE VARZIM

PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL

DIRECTOR

MANUEL AMORIM

Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores.

Toda a colaboração é solicitada.

O Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" aceita permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

CAPA: *Desenho à pena da folha de rosto de um livro de cobrança da Confraria de Nossa Senhora da Lapa.*

VOL. XXVII

1990

N.º 2

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

AMADOR ÁLVARES, PILOTO DA CARREIRA DAS ÍNDIAS

por M. AMORIM

O governo dos Reis Espanhois favoreceu imenso a circulação das pessoas entre os dois países ibéricos bem como a entrada de mareantes portugueses nas frotas que demandavam as Antilhas denominadas por Índias de Castela ou Índias Ocidentais, o golfo do México e outras terras do Novo Mundo¹. No caminho deste tráfego de gentes, mareantes e mercadores, ocupou um lugar de relevo a cidade de Sevilha onde aportavam as naus e galeões da Nobre Hespanha e aí se estabeleceu uma comunidade portuguesa tão numerosa que, em algumas ruas, se falava mais português que castelhano².

O estudo que vimos a fazer sobre a Póvoa de Varzim, nos séculos XVI e XVII, tem-nos revelado a presença nessas paragens de indivíduos seus naturais, sobretudo mareantes, em número significativo, atendendo à pequenez da Vila, em muitos aspectos tida como satélite de Vila do Conde³. Tudo gente, porém, altamente vocacionada para as lides marítimas. As nossas fontes, que a espaços se estancam, começam a derramar informações a partir de 1547, data em que “veo nova” do falecimento em “Santomé” do marinheiro Francisco Rodrigues, o moço, e daí até 1566, iguais notícias chegam quase todos os anos, sendo aquela rota e a das Antilhas as que maior número de casos fornecem ao obituário. A

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. IV, pág. 268.

² Esta última afirmação é do escritor seiscentista Manuel Severim de Faria.

³ A população da Vila da Póvoa de Varzim, segundo a estimativa retirada dos registos paroquiais, não atingia nos finais do século XVI um milhar de habitantes, uma sexta parte da população de Vila do Conde. Além disso, em vários sectores da administração pública, a Póvoa de Varzim estava dependente de Vila do Conde.

partir de 1566 não temos registos de óbitos e o pouco que sabemos, daí até 1612, foi recolhido nos livros dos Notários, fonte indispensável à elaboração monográfica.

É um facto comprovado a presença dos nossos mareantes na carreira das Antilhas antes da dominação filipina, ocorrendo esta no tempo do piloto João Martins da Póvoa, assim conhecido, que de nome se chamava João Martins de Faria e naquela carreira colheu razoáveis proventos dos quais, com sua mulher Ana de Faria, retirou uma parte para a instituição de uma capela de 12 missas anuais na ermida do S. Sacramento (Madre de Deus) e mais uma esmola de 500 reis para as despesas do culto⁴. Este piloto também andou por São Tomé acontecendo, muitas vezes, que os barcos da Carreira das Índias desciam a costa africana. A título de curiosidade informa-se que João Martins de Faria serviu como Juiz da Póvoa, pelo menos, em 1584, ano em que certificou sobre o dote da fundação da capela de São Roque⁵ e 1587, quando à frente da Câmara, assinou uma procuração passada ao Dr. Simão Correia, de Braga, para embargar na auditoria eclesiástica certas obrigações que o Vigário da Póvoa queria impor aos moradores da Vila⁶.

Não é menos verdade que a partir de 1581, data da aclamação de Filipe II de Castela como Rei de Portugal, se regista um maior número de indivíduos ligados ao tráfego comercial com as Índias Ocidentais, quer sejam mareantes, quer mercadores. Isso torna-se mais evidente depois de 1612, quando nos aparecem de novo os assentos de óbitos. Com os elementos colhidos, compusemos o seguinte quadro:

NOME	PROFISSÃO	LOCAL DO ÓBITO	DATA
Domingos Alvares	Piloto	Antilhas	1583
Pedro Fernandes	Piloto	Antilhas	1592
Manoel Alvares	Mareante	Índias de Castela	1593
João de Miranda (galego)	Mareante	Índias de Castela	1594
António Manuel	Piloto	Sevilha	1599
António Alvarez	Mareante	Sevilha	1612
João Brás	Mareante	Partes do Perú	1617
Francisco Martins	Mareante	Partes do Perú	1620

⁴ Nota do vigário ao registo de óbito da Ana de Faria, ocorrido em 26.8.1615.

⁵ M. Amorim, Os Fundadores de S. Roque in jornal "Voz da Póvoa".

⁶ A.D.P. *Notários da Póvoa de Varzim*, 1º Cartório, 1ª Série, Livro 2, Numeração inutilizada.

Gonçalo Machado	Mareante	Índias de Castela	1623
Pantaleão Monteiro	Mareante	Índias de Castela	1623
Manuel Gonçalves	Mareante	Índias de Castela	1623
Pascoal Gonçalves	Mareante	Nas partes das Índias	1633
Bartolomeu de Faria	Mareante	Santo Domingo nas Índias	1636
Manoel Francisco Cadilhe	Mareante	Índias de Castela	1636
António Gonçalves	Mareante	Índias de Castela	1636
Pedro Dias	Piloto	Índias de Castela	1637
Manuel Ribeiro	Piloto	Índias de Castela	1641
Manuel Afonso	Piloto	Perú	1646

Se alguns dos nossos conterrâneos que trabalhavam na Carreira das Índias, morreram por lá ou nas viagens, outros acabaram os seus dias na terra natal, como um certo António Manuel que regressou jovem e rico das Índias de Castela e veio a falecer subitamente em 1624⁷. Fortuna razoável conseguiu o piloto António Manuel Granjeiro, sogro do celebrado António Cardia, o qual tinha procuradores em Sevilha para mutuarem os seus capitais e cobrarem os respectivos alcances⁸. Mas, por Sevilha andava mais gente nossa, homens de negócios, como um tal Simão Gonçalves, sapateiro de profissão, aí falecido em 1623, e António Pires Cutelo, mercador, cuja morte ocorrida, também, naquela cidade, em 1613, movimentou e empenhou os seus herdeiros para cumprimento das disposições testamentárias⁹.

De todos os nossos mareantes, o único que usou como título a sua categoria profissional especificamente ligada a um determinado circuito de navegação, chama-se Amador Álvares. Em muitos documentos públicos em que intervém, ao seu nome de família acrescenta o designativo profissional, assim: *Amador Álvares, Piloto da Carreira das Índias*. Outros pilotos, seus contemporâneos e que recolheram bons proventos do ofício, como António Gonçalves na carreira do Brasil ou o nosso bem conhecido Diogo Pires de São Pedro na carreira de Angola ou ainda o malogrado António Luís na carreira da Índia, nunca mencionavam outra qualidade além da categoria profissional. Parece-me, também, que tal peculiaridade só lhe chega no final da sua longa vida de homem

⁷ A.D.P. *Registos Paroquiais*, Póvoa de Varzim (Nº 5º da Concelção), Livro M-2, fls. 144.

⁸ A.D.P. *Notários da Póvoa de Varzim*, 1º cart. 1ª série, liv. 7, fls. 11v.

⁹ M. Amorim, Gente Nossa entre a Comunidade Portuguesa de Sevilha (Séc. XVI-XVII) in jornal *O Comércio da Póvoa de Varzim*, Ano 88-nº 34, 6/9/1990. O registo de capela instituído por António Gonçalves Cutelo está no Arquivo Distrital do Porto, Livro nº 164, fls. 216, do G.C.P. Extrato do Livro do Tombo quarto da Provedoria.

do mar. Não é, porém, essa circunstância que nos detém perante este homem, mas sim o facto de ser o progenitor de uma geração que marcou o seu tempo por actos notórios de cidadania e por haver estabelecido, entre nós, o culto de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira dos marceantes.

I — QUEM É AMADOR ÁLVARES

Não temos dados precisos sobre o seu nascimento. Que é da Póvoa, não restam dúvidas, pois o vigário o confirma na acta do casamento. Parece-me ser filho de outro Amador Álvares, marceante, e de Isabel Luís e teria nascido entre 1540 e 1543 e confirmado já adulto, como era costume, no ano de 1560, quando da visita de D. Frei Bartolomeu dos Mártires à Póvoa. A vida do mar começava, geralmente, na idade jovem e na companhia do pai, se era da arte, ou de parentes, tão grandes eram os perigos e incómodos a vencer nas longas viagens, de tal modo que a experiência dos mais velhos se tornava indispensável. Em 1568 teria já feito várias viagens, com sucesso e proveito, pois nessa data escritura nas notas de Baltazar Machado, da vila de Barcelos, a compra dos campos de Penaboa e “anexo a estes campos hum heydo das devezas de Carvalho e a torre...”¹⁰. Pertenciam essas propriedades a um tal Diogo Pires, almocreve de Braga e Amador Álvares intitula-se piloto, sem mais qualificativos. Continua a sua vida profissional e, naturalmente, a aplicar os capitais em terras ou rendas como era habitual, mas isso escapa à nossa investigação por falta de documentos. O seu rasto, nos livros do registo paroquial, só aparece em 1577, data do seu casamento, cujo assento passamos a transcrever: “Recebi aos vinte dias de 7.bro (Setembro) de 1577 annos a Amador Alvrez com Ines Diaz f. a de Dioguo Pires e sua molher Isabel Bras todos moradores nesta villa da povoa de Varzim, t(estemunh)as pe(d)ro Manoel cleriguo de missa e Joam pyz Leça e P(edr)o Enes Glorias e asiney Gaspar Fr(ancis)co”¹¹.

¹⁰ M. Amorim. O capitão Diogo Dias de São Pedro (1582-1639) in jornal *Notícias da Póvoa de Varzim*, Ano III-N.º 123 e 125; 15 e 29/05/1985. O registo do testamento de Diogo Dias de São Pedro está no A.D.P. Livro 186, fls. 145, do G.C.P. ou Provedoria.

— Em 1592 Amador Álvares vendeu a Constantino Ramires uma casa colmaça sita no assento da Quinta de Penaboa da freguesia de Santiago de Outiz.

¹¹ A.D.P. *Registos Paroquiais*, Póvoa de Varzim (N.º Srna. da Conceição), Liv. M-1. fls. 111.

Este assento de casamento é o primeiro do Vigário Gaspar Francisco o qual, ao contrário do seu antecessor, raramente, menciona a profissão dos nubentes. Neste caso, oculta outra circunstância de relevo e com influência nos direitos hereditários, uma vez que a noiva é viúva e tem filhos. Na verdade, Inês Dias fizera um primeiro casamento (3.4.1570) com o piloto Pedro Gonçalves, de Santa Lucrécia do Louro, do qual houve dois filhos: o P.º Manuel Pires Varzim (1.1.1571) e Maria Dias de São Pedro que veio a casar com o piloto Filipe Carreiro, de Leça. A viuvez ocorreria pouco depois do nascimento da filha Maria, em 1575. Ainda jovem, não teria mais de 25 anos de idade, com dois filhos para criar e razoáveis bens para administrar, Inês Dias resolveu contrair segundas núpcias com um homem do mesmo ofício do falecido marido, com alguns bens de fortuna e maduro na idade. E não se terá arrependido. Amador Álvares mostrou-se um marido e um pai digno dos maiores respeitos e deu provas disso na forma como tratou os enteados. Vejamos o documento de doação, feito em 22.12.1592, para constituição de património ao candidato a Ordens Sacras Manuel Pires¹².

“...na morada de Amador Álvares pilloto da Carreira das Indeas morador nesta villa da póvoa... e por elle e sua molher Ines dias foi dito que M.el pyz estudante filho della Ines dias e de seo primeyro marido pero gllz se hia ora ordenar de ordes sacras e por não ter património e pello grande amor que lhe tem lhe fazião irrevogavel doação dos bens seguintes: =Estas cazas de sua morada que são sobradadas com seo quintal atraz grandes e boas que são erdade dizimas a Deos e partem do mar com cazas que forão de Joam Alvz barcellos e da terra com outra de Jorge myz Gaio do sul com rua pubrica e do norte entesta com emxido das cazas que forão de Diogo pyz de San Pedro.

=Hum seo cazal no cazal do monte termo da villa da Póvoa e ora traz por renda e cabedal Pero myz lavrador e morador no dito cazal do monte que ouverão de compra

¹² O Padre Manuel Pires Varzim aparece-nos na documentação umas vezes como vigário de Argivai, outras como coadjutor do Vigário da Póvoa, e ainda capelão de Argivai. Nos Registos de Argivai, aparece até 1610 como Cura da paróquia. Deve ter falecido antes de sua mãe Inês Dias, cujo falecimento ocorreu em 1627 porque esta constituiu um vínculo com os bens que foram do seu património.

Nota-se que ele se intitula “Piloto” sem qualquer alusão à carreira em que trabalhava. O mesmo acontece em 1591 quando, estando os dois ausentes, deixam procuração para a compra de uma propriedade. A partir desta data é que o nosso homem se começa a intitular — *Piloto da Carreira das Índias*. O exercício da profissão de piloto nessa carreira implicava a sua matrícula na chamada Casa da Contratação das Índias que regia todo o tráfego, quer da Coroa quer particular, com os domínios ultramarinos de Castela. No tempo de Amador Álvares, estava sediada em Sevilha. Toda a garantia de segurança de pessoas e bens passava por esta cidade andaluza¹⁹. Tendo em conta a ausência prolongada do casal, ou seja, entre o verão de 91 e a Páscoa de 92, e o facto de ter accitado uma procuração para cobrar certas importâncias em Sevilha, leva-nos a pensar se, nesse tempo, não teria viajado até lá para arrumar, definitivamente, todos os aprestos da sua vida de mareante e cobrar em cabedais e honras os frutos de um labor insano e arriscado como nenhum outro? E, porque não, aproveitar o regresso para subir à montanha de Vilhuergas onde tem a sua casa a veneranda Imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, da sua particular devoção?²⁰

Como dissemos, Amador Álvares já se encontra na Póvoa pela Páscoa de 1592 e para ficar. Vemo-lo, então, a participar assiduamente nos actos sociais mais importantes, e a converter os seus capitais em propriedades ou rendas. O notário passa a ir frequentes vezes a casa de Amador Álvares, Piloto da Carreira das Índias. Registemos alguns desses actos notariais:

- 10.03.1593 — Compra a Salvador Rodrigues de Mourilhe a metade da Boucinha nova sita na aldeia de Aguçadoura da freguesia de Nabais. Preço 5.000 reis
Compra a João Anes o caçapo e João Gonçalves o manso, lavradores, desta vila, uma leira da Agra de Barceiros pegada a outra sua. Preço 4.000 reis.
- 19.09.1593 — Toma posse como enfiteuta da Bouça de Paredes, em Beiriz, da qual é directo senhorio o Mosteiro de S. Simão da Junqueira. Estão presentes os três lavradores, de Beiriz, com suas esposas, que fabricam as terras dessa propriedade.

¹⁹ Luis Graça. Documentos referentes a Portugal existentes no Archivo General de Indias em Sevilha in *Arquivos do Centro Cultural de Paris*, Vol. XX, 1984, fls. 495.

²⁰ A festa de Nossa Senhora de Guadalupe e a grande peregrinação realizava-se em 8 e 9 de Setembro.

- 280.9.1593 — Compra a Genebra Pires viúva de António Pires Branco, piloto, de Vila do Conde, um quarto do casal em que vive Manuel Fernandes, de Beiriz, que lhe paga 3 alqueires de centeio. Preço 5.000 reis.

Compra a Francisco Gonçalves, da Vila Velha, e a sua esposa, o campo do Agrinho que leva 16 alqueires de sementeira e tem dentro uma leira pequena que leva mais um alqueire de sementeira. Preço 20.000 reis.

- 21.11.1594 — Compra a Gonçalo Enes e sua mulher Maria André um campinho nesta vila e lhe chamam As Trempes que levará de sementeira um alqueire de linhaça. Preço 4.000 reis.

Compra a Maria Alves viúva de João de Miranda, galego de nação, mareante, uma casa térrea na rua de S. Sebastião com seu enxido, paga 7 reis de courela e parte da terra com casa de Bento da Maia e do mar com casa de Catarina Álvares e do norte com a rua pública e do sul com o seu enxido. Preço de 4.000 reis.

- 02.06.1595 — Compra a Brás Dias e sua mulher a renda de 5 alqueires de trigo e 15 de pão meado.

- 16.10.1595 — Compra a José Martins, de Braga, uma casa térrea que foi de João Pires Leça que confronta do norte com quintal e horta de Domingos Gonçalves Atacado e do mar com rua pública e do vendaval com casa de Catarina Luís e da terra entesta o enxido dela com a travessa que vai para a Igreja. Preço 8.500 reis.

- 30.10.1595 — Compra a Nicolau Pires, lavrador, um campo chamado dos Favais que paga de courela ao Concelho 7 reis e parte do norte com cangosta que vai para a Ribeira e do mar com outra cangosta por onde passa o rio e da terra com cangosta que vai para a agra da Penalva. Preço 28.000 reis.

- 19.11.1595 — Compra a Ana Francisca mulher do piloto Manuel Álvares, ausente há muitos anos nas Índias de Castela, metade da Bouça chamada da Roseira sendo a outra metade sua pertença, sita nesta vila e partindo do norte com o caminho que vai para os Mourões e paga de courela 7 reis e meio. Preço 30.000 reis.

- 15.11.1596 — Passa procuração com sua esposa ao Dr. Baltazar Saraiva, de Barcelos, e a seu filho Diogo para poderem receber as

rendas que lhes eram devidas em qualquer parte e de qualquer natureza.

- 15.03.1599 — Compra a João Afonso o ruivo e mulher, uma leira na bouça da Pedra. Preço 2.000 reis.
- 20.03.1608 — Compra de Inês Dias, viúva de Amador Álvares a Ana Francisca, mulher de Manuel Álvares, uma Cortinha que está nesta vila em Cima de Vila cercada sobre si que levará de sementeira meia quarta de linhaça. Preço 4.000 reis.

Outras compras feitas pela viúva de Amador Álvares aparecem ainda, sinal evidente das suas posses e da boa administração que lhes deu.

III — JUIZ ORDINÁRIO DA PÓVOA

O arquivo da Câmara da Póvoa não guarda um único livro referente a administração municipal do século XVI. Nem livros de Acórdãos ou Vereações, nem livros de Correições, nem de Sisas, nem de Courelas, nem de contas, etc. etc. Tudo se perdeu ou anda por paradeiro desconhecido. Que existiram, não há dúvida. O primeiro livro de Acórdãos da Câmara existente cobre os anos de 1617, 1618 e Janeiro de 1619. Sem olvidar a irreparável perda do espólio quinhentista, que limita qualquer estudo sobre aquela importante época, o livro atrás citado assume uma relevância excepcional porque nos revela a passagem entre dois tempos em que a participação da comunidade no ordenamento da administração é profundamente alterada. Reflexo indubitável de significativas mudanças sociais, operadas nas últimas décadas do anterior século. Assim vemos extinguir-se uma prática que vem detrás, e nós não sabemos desde quando, consagrada no regimento oficial como expressão de uma realidade sociológica. Na verdade, o ano de 1619 indica o fim de um tempo histórico da vida da nossa comunidade, até aí diferenciada por dois grupos sociais: os Homens do mar e os Homens da terra. Cada um destes grupos, pelo regimento, daria três representantes para o colégio eleitoral dos HOMENS BONS que escolheriam as "Justiças" anuais para um triénio. O quadro da eleição, que não resistimos em publicar, é por demais revelador dos sinais da crise na medida em que o número de candidatos para os eleitores da terra é três vezes superior aos candidatos para os eleitores do mar. Eis o quadro.

"Emleitores do mar a saber

basillio manael	////////////////////	23
pero fernandes	////////////////////	21
Joam do reguo	////////////////////	23
dioguo dias	/	1

Emleitores da terra a saber

fernam fruticoso	////////////////////	19
francisco martins	////////////////	12
sebastiam joam	////////	9
gonsalo pirez	///	3
manael pirez pilloto	////////////////////	15
martim alvares de coilheiro	////////	11
domingos gonsalvez atacado	////////	9
dioguo pirez	////////	11
manael martins	////////////////////	13
joam martins contram	///	3
domingos pirez	///	3
joam gonsalves casapo	///	3 ²¹

Esclareça-se que entre os eleitores do mar estão um carpinteiro da ribeira (Basilio Manuel); um mareante (João do Rego) e dois pilotos (Pedro Fernandes e Diogo Dias). Entre os eleitores da terra, os mais votados são o velho lavrador Fernão Frutuoso que já exercera o cargo de Juiz, o lavrador da Vila Velha Manuel Pires de apelido piloto e o mercador Manuel Martins.

Na última vintena de quinhentos, a arte de mareante perdeu aliados que até aí atraíam muitos jovens e para isso não só contribuiu a decadência do tráfego comercial do porto de Vila do Conde, como o acréscimo da insegurança da navegação ocasionada pelos corsários, muitas vezes municidados e orientados pelos adeptos do Prior do Crato. Então, os jovens dirigem a sua atenção para outra arte, agora muito protegida e com melhores perspectivas, a carpintaria naval. Com o tempo sobrelevará em número a dos mareantes. Atraídos para a Ribeira

²¹ A.C.P.V. Livro de Acórdãos, 1617-19, fls. 62.

das Naus, muitos naturais da Póvoa por lá passavam longos períodos e escasseavam os homens para os cargos públicos²².

Amador Álvares, à semelhança de tantos outros seus conterrâneos, terminada a actividade de mareante e fixado na terra, não recusa participar na vida pública e a documentação aponta-o como Juiz Ordinário da Póvoa no ano de 1595, mas nada de especial se detecta na sua acção administrativa. Ele foi com certeza escolhido pelos eleitores do mar e esta gente sempre se mostrou mais apta para o desempenho desses cargos. Noutro estudo nosso seleccionamos os nomes de alguns indivíduos que exerceram tal cargo. Hoje, podemos acrescentar mais alguns nomes: 1585 — João Pires Leça; 1587 — André Pires, Juiz pela Ordenação; 1588 — João Martins de Faria, segundo mandato; 1591 — Manuel Pereira; 1592 — André Pires; 1595 — Amador Álvares; 1596 — de novo André Pires; 1599 — Diogo Pires de São Pedro; 1600 — Domingos Gonçalves Atacado; 1601 — Gaspar Jorge; 1602 — Sebastião Pires, lavrador (não sabe assinar); 1605 — Marçal Amador, filho de Amador Álvares.

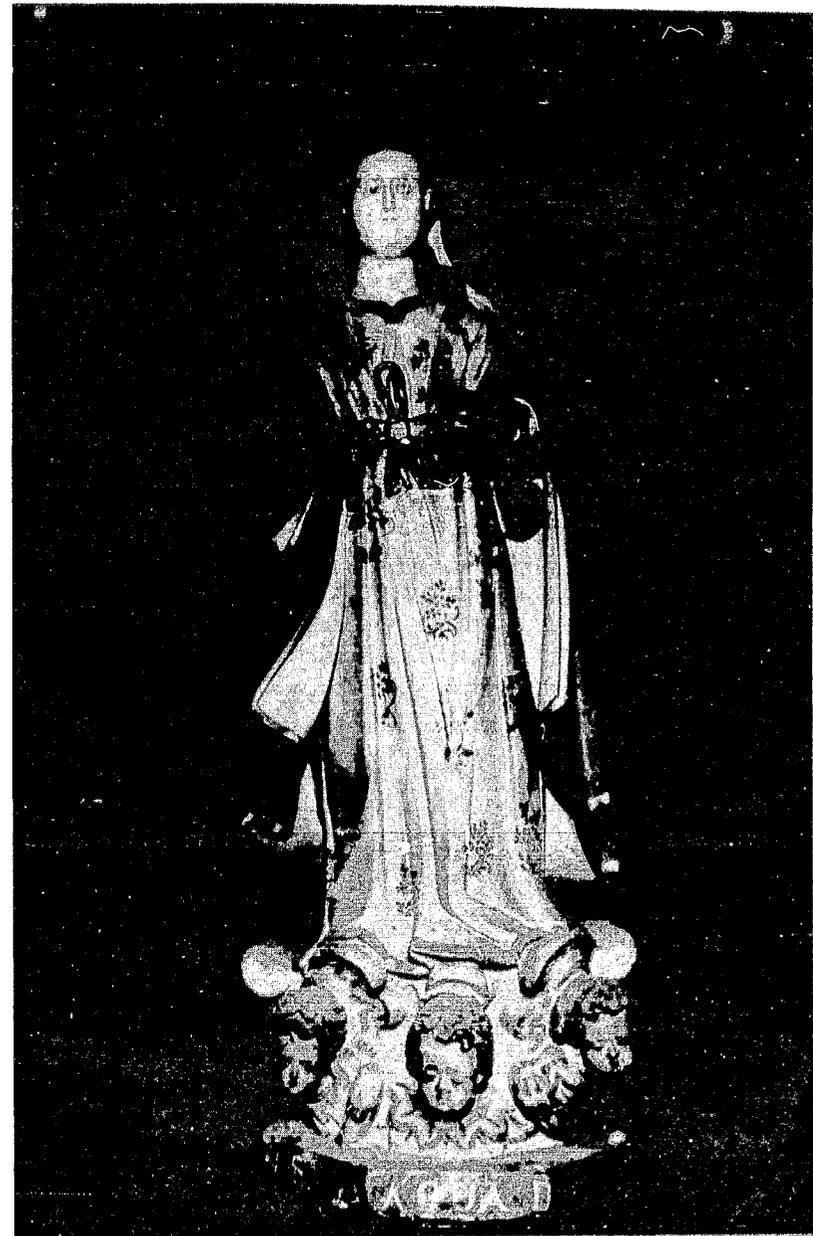
IV — INSTITUIDOR DO CULTO A NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Tendo Amador Álvares feito a sua vida de mareante na carreira das Índias Ocidentais, não admira que tomasse conhecimento do culto da Nossa senhora de Guadalupe que os Espanhóis irradiaram por toda a América Latina desde as descobertas de Cristóvão Colombo, ele mesmo um fervoroso devoto da Virgem morena²³. Além disso, no seu tempo, já havia em Portugal templos que lhe eram dedicados e estavam

²² Desde a última década de Quinhentos começam a aparecer contratos com carpinteiros da ribeira para ensinar a arte a jovens tanto da Póvoa como das freguesias limítrofes; outros, eram levados por parentes para a Ribeira das Naus, para aprenderem e obter a carta do officio. Em 1617, quando foram abertos os pelouros, apenas um dos cinco eleitos estava na terra.

²³ Frei Sebastião Garcia; O.F.M., *Guadalupe, historia, devocion y arte*. Sevilla, 1978.

²⁴ O culto é de raiz medieval e terá origem no aparecimento de uma veneranda imagem de N^{ra} Senhora junto ao rio Guadalupe, na serra de Villuercas, próximo de Cáceres. A imagem antiga será do século XI ou XII, mas dizem que é mais antiga porque fora oferecida pelo Papa a S. Leandro, de Sevilla, no séc. VI e quando da invasão muçulmana, os clérigos fugiram da cidade e levaram consigo a preciosa imagem que teriam escondido naquela serra. Mais tarde, um pastor, por inspiração da própria Senhora, encontrou a imagem e pediu que ali se construísse uma capela. A devoção, porém,



muito em voga as peregrinações ao seu Santuário, bem próximo da fronteira portuguesa²⁴. Ocupava essa devoção um lugar privilegiado entre os mareantes e é disso testemunha um grande número de ex-votos lá deixados por eles, alguns dos quais se podem ainda ver no claustro conventual, como prova de gratidão àquela Senhora, dos homens do mar portugueses. Ao contrário de tantos seus conterrâneos que perderam a vida no mar ou nas terras inóspitas que demandavam, Amador Álvares atravessou incólume tantos anos de marinhagem que bem se pode considerar um favorecido da Providência Divina. Por especial mediação da Virgem de Guadalupe? Hoje, não temos qualquer dúvida em o afirmar. Prova-o o desejo de instituir na terra natal o seu culto. Para isso consertou com sua esposa Inês Dias a forma de o realizar duradouramente, e, em 18 de Março de 1596 mandou passar à nota a instituição vincular que vamos a transcrever:

“Instetuyção da capella de Amador Allvrez e Innes dias sua molher Saibão quantos este estromento de instetuyção de capella he morgado para sempre vyrem que no Ano do nacimiento de noso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e seis anos a dezouto dias do mes de marso em a villa da Povia de Varzim nas casas da morada de Amador Allvrez pilloto da carreira das Indeas he em pressença de mym tabeliam e testemunhas adiante nomeadas pareserão ho dito Amador Allvrez he Innes dias sua molher he por elles foi dito que elles tinhao na Igreja principal desta villa que he Nosa Senhora de Varzim hum altar que fizerão a honra he louvor da virgen nosa Snra da invocação dagoa de llupe o qual está na dita Igreja da parte do vendaval o qual fizerão de novo he o ornarão he hornão de todo o necessario he porque hera

só ganhou vulto depois da vitória da Salado (1340) contra os sarracenos, onde se notabilizou o nosso rei D. Afonso IV. O rei de Castela Afonso XI colocara o destino das armas cristãs debaixo da protecção de Santa Maria de Guadalupe. Como a vitória dos exércitos cristãos foi total, o rei mandou edificar ali um mosteiro e entregou-o ao cuidado dos padres Jerónimos. O culto estendeu-se a Portugal por essa época e no século XV e XVI, afirmam os cronistas, o santuário era tanto português como castelhano. Os reis de Portugal D. Afonso V, várias vezes, D. João II, D. Manuel e o malogrado D. Sebastião foram peregrinos de Guadalupe. Na igreja do mosteiro e no claustro estão sepultados vários concidadãos nossos. Além da estátua sepulcral orante do infante D. Dinis, destaca-se pela curiosa inscrição que ostenta “In nidulo meo moriar” a sepultura da duquesa de Aveiro D. Maria de Guadalupe de Lancastre (séc. XVIII).

sua vontade ordenarem he instetuiem huma capella he morgado pera sempre para lhes fiqvar memoria he a seus descendentes portanto querendo por isso por obras por este pubrico estromento tomavão he apartavão nos tersos de suas almas estes bens seguintes: — Hum campo que tem nesta villa ao portello da agra de Penalva que parte do sul com a dita agra he do norte com o ribeiro que vem de Gestol (?) para a ribeira he do mar com leira de Amador Joam he da terra com ho caminho de Villa do Conde.

— He outro campo nos Favaes que ouverão de compra de Nicollao Pirez que esta cerquado por redor de todas as partes com cangostas que he bem conhecido he

— Hua leira que está junto a este campo na Boucinha que parte do norte com o dito ribeiro he da terra com o caminho que vai para a bouça de Fernão Pereira he do mar com campo de Catarina Gomes he do vendaval com leira de Catarina Gonçalves he

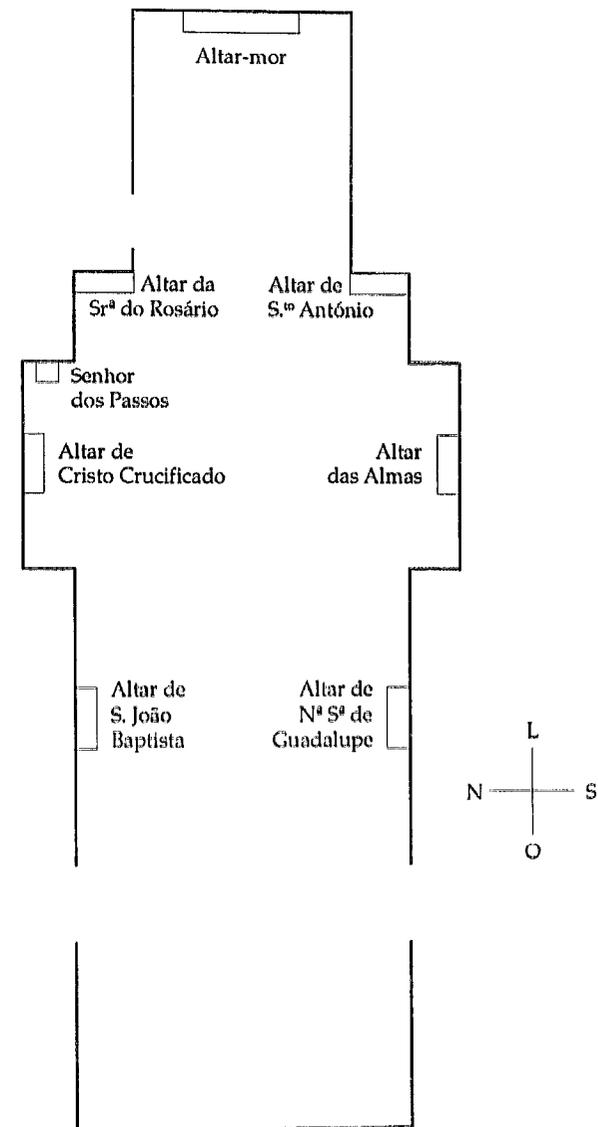
— Outro campo que está sito nos Favaes e que foi de Isabel de são Gens que se chama a Orta que parte do mar com terra que foi de Margarida Gomes he do norte com terra que tras o Casapo he da terra com campo de Francisca llopes a Machada he do vendaval com ho ribeiro he asi

— Outro campo que está nas Trempes que ouverão de compra de Francisco Ennes e sua molher que parte do norte com ho ribeiro he do sul com campo dos Casapos he da terra com campo que foi de Joam Allvrez Mendez he do mar com campo de Dioguo Pirez de São Pedro o que tudo he bem conhecido, herdade, dízimo a Deos somente se pagua delles courella ao Concelho desta villa he destes campos se lhes paga em cada hum anno vinte he hum allqueires de trigo os quaes campos he propriedades avin-cullavão he unyão em capella he morgado para sempre com obrigação que ho administrador que for pello tempo em diante lhes mande dizer de quinze em quinze dias aos sabados hua misa no dito alltar de Nosa Senhora Dagoa de lupe he sera a dita misa de Nossa Senhora he sera outro si obrigado o aministrador nos dias he festas de Nossa Senhora que lhe pareser asender diante o dito altar a lampada que nelle esta posta he elles instetuidores enquanto forem vivos comprirão com a dita obrigação he ho que

deradeiro delles falleser nomeara por aministrador desta capella he morgado hum de seus filhos dantre ambos qual quizer he delle vira a ditta socessão por linha direita a filho ou filha qualquer que quizer nomeaar ho ultimo pesuidor he em defeito de filhos seus ho parente hou parenta maes chegados he sera maes obrigado o administrador que for desta capella a ornar o dito alltar de todo ho necesarco as suas custas he estas terras he propriedades aqui declaradas andarão sempre juntas he unidas sem se poderem vender alhear trocar nem escanbar por nenhuma via nem se obrigarão a nenhuma divida nem fiança he fazendo o não vällera he por esta ser sua ultima vontade he desejos de tudo se comprir outorgarão esta escritura que sempre e em todo o tempo comprirão he farão boa para os mesmos bens aqui declarados he os maes que ora tem he ao diante tiverem he se obrigarão a nunca revogarem esta instetuição he morgado por quanto ao presente tem bens em que lhes cobrem largamente estas em ho terso de suas almas he muito maes he disto são contentes mandarão ser feito este estromento que heu tabaliam como pessoa pubrica stepollante he autoante ho estipollei he aceitei em nome das pessoas a quantos que aja logar e diserão elles intetuidores que o administrador que for por ho tempo adiante depois de seus falecimentos serão obrigados a dar contas como cumpre com as ditas obrigações ao Provedor dos Residos e por disto serem contentes mandarão ser feito este estromento de que forão testemunhas André Pirez Juiz Ordinário que asinou por a dita Ines dias que lho rogou por ser molher e não saber asinar he João Fernandes mareante e Pedro Enes porteiro moradores nesta villa. Francisco Rodrigues tabaliam o escrevi. Risquei he trelhinei "fiquarão" / acrescentei vão diz antrellenhasem. Andre Pires=João Fernandes=Amador Alvarez"²⁵.

Até hoje não foi possível averiguar a data da morte de Amador Álvares. Não temos registos de óbito entre 1566 e 1612 e o último sinal que encontrei da sua presença no meio de nós é de 20 de Julho de 1599,

²⁵ A. D. P. *Notários da Póvoa de Varzim*, 1º cart. 1ª série, livro nº 5, fls. 86v.



Antiga igreja matriz: traçado provável e disposição dos altares em 1736 (segundo a *Notícia* do Dr. Leandro Rodrigues)

Reproduzido do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. III — 1964 — nº 2, p. 229

como testemunha do casamento de Francisco Gonçalves, de Amorim, com Maria Manuel, da Póvoa. Anos depois, mais precisamente em 1608, Inês Dias declara-se viúva de Amador Álvares. Certo é o falecimento de Inês Dias em 1.2.1627, que nos importa para ver como se cumpriram as disposições vinculares da capela e morgado de Nossa Senhora de Guadalupe. Conforme se lê no registo de óbito, Inês Dias fez testamento e por ele instituiu administrador do vínculo a seu filho Diogo Dias de São Pedro, tendo acrescentado à capela mais nove missas, agravando assim os encargos do legado. Por sua vez, Diogo Dias não deixou filhos de sua mulher Madanela Francisca, nem de outra mulher qualquer, pelo que em testamento de 14 de Dezembro de 1638, além de constituir herdeira e testamenteira a sua esposa, vinculou metade dos seus bens à capela de Nossa Senhora de Guadalupe e nomeava para administradores do vínculo, depois da morte da sua esposa, à sobrinha desta Felícia, filha de António Carneiro, e a Inácio Baptista do Rego, para casarem ambos um com o outro. Acontece, porém, que este casamento não se realizou, uma vez que o Inácio seguiu a vida eclesiástica vindo a ordenar-se sacerdote. Não sabemos como as coisas se desenvolveram após a morte de Madanela Francisca em 1643, mas no século XVIII a administração estava na posse de João Baptista de Almeida Rego, casado com Rosa Teresa Granjeiro, parentes do referido Ignácio Baptista do Rego e de Madanela Francisca Granjeiro. Foi no tempo daquele referido administrador que, em virtude de uma nova lei sobre os vínculos, caducou aquela instituição, pois o rendimento não atingia os Cem Mil reis.

O culto de Nossa Senhora de Guadalupe estabeleceu-se na Igreja Matriz antiga, em altar próprio, construído pelos doadores, ocupando um lugar sobre a parede sul (vendaval) do templo. Depois das obras do fim do século XVII, a localização do altar não teria sido muito alterada como se deduz da notícia do Dr. Leandro Rodrigues (1736): "Do cruzeiro para baixo no corpo da igreja tem da parte do Evangelho metido na parede hum altar em que está a imagem do Baptista... Tem a Igreja outro altar da parte da Epistola em que está a Imagem de N^a Snra. de Guadalupe"²⁶. Na actual Igreja Matriz, inaugurada em 1757, foi-lhe atribuída também um altar independente no corpo da Igreja... que é capella particular com fabriqueiro". O culto entrou em decadência no século passado, chegando a imagem a ser retirada da Igreja. Hoje, encontra-se à veneração dos fiéis no altar de N^a Senhora das Angústias.

²⁶ Fernando Barbosa. *O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII* in *Boletim Cultural*, Vol. I, 1958, pág. 276.